

TECNOCRACIA E NEGACIONISMO: A FACE DE *JANUS* DA EROSÃO DEMOCRÁTICA

TECHNOCRACY AND DENIALISM: THE *JANUS* FACE OF DEMOCRATIC EROSION

Maikon Chaider Silva Scaldaferrero¹

Claudiana Campanharo²

Resumo: A ideia de tecnocracia nasce como uma resposta aos problemas presentes no regime democrático. O modo como o tema foi abordado desde Platão situa a democracia e a tecnocracia como duas formas de governo concorrentes. A defesa do modelo tecnocrático apareceu pela primeira vez no diálogo platônico *A república*, e foi recuperado várias vezes ao longo da história, inclusive no debate contemporâneo da filosofia política. Tratamos desses tópicos na primeira parte do nosso artigo. Num segundo momento discutimos a relação entre tecnocracia e democracias modernas. Nesse ponto, partimos do diagnóstico de Habermas que identifica a "dominação tecnocrática" como uma patologia social. A tecnocracia, na perspectiva habermasiana, contribui para que a racionalidade instrumental invada as relações sociais, prejudicando as práticas comunicativas essenciais para a política democrática. Em vez formas de governos concorrentes, para o teórico crítico, a tecnocracia vive uma relação parasitária com a democracia e a adocece. Na terceira parte, procuramos atualizar o diagnóstico habermasiano para o contexto da "revolução neoliberal" e da crescente desconfiança na autoridade científica. A intersecção entre tecnocracia e neoliberalismo é examinada, destacando a influência do mercado na administração pública e nas políticas tecnocráticas. Ao final, defendemos que a tecnocracia, influenciada pelo neoliberalismo, exacerba a desconfiança nas decisões técnicas e alimenta movimentos anticientíficos, e a consequência disso é a infiltração cada vez maior do negacionismo científico no debate político. Deste modo, tecnocracia e negacionismo constituem as duas faces de *Janus* da erosão democrática que se retroalimentam, criando um círculo vicioso que ameaça a integridade dos processos democráticos e a confiança pública nas instituições científicas e políticas.

Palavras-chave: Tecnocracia; Democracia; Neoliberalismo; Negacionismo; Habermas.

Abstract: The idea of technocracy rises as a response to the problems present in democratic regimes. The treatment of this topic since Plato has positioned democracy and technocracy as two competing forms of governance. The defense of the technocratic model first appeared in Plato's dialogue *The Republic* and has been revisited several times throughout history, including in contemporary political philosophy debates. We discuss these topics in the first part of our article. In the second part, we

¹ Doutor em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; professor do Instituto Federal do Espírito Santo. E-mail: maikonchaider@hotmail.com; Orcid Id: <https://orcid.org/0000-0002-0983-2917>

² Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Espírito Santo; professora na rede estadual de ensino.. E-mail: claucampanharo@hotmail.com; Orcid Id: <https://orcid.org/0000-0003-3555-5535>

explore the relationship between technocracy and modern democracies. At this point, we start from Habermas's diagnosis, which identifies "technocratic domination" as a social pathology. From the Habermasian perspective, technocracy contributes to the invasion of instrumental rationality into social relations, undermining the communicative practices essential to democratic politics. Instead of being competing forms of government, for the critical theorist, technocracy has a parasitic relationship with democracy and harms it. In the third part, we seek to update Habermas's diagnosis in the context of the "neoliberal revolution" and the growing distrust in scientific authority. The intersection between technocracy and neoliberalism is examined, highlighting the influence of the market on public administration and technocratic policies. Finally, we argue that technocracy, influenced by neoliberalism, exacerbates distrust in technical decisions and fuels anti-scientific movements, resulting in the increasing infiltration of scientific denialism into political debate. Thus, technocracy and denialism constitute the two faces of Janus in the democratic erosion that feed into each other, creating a vicious cycle that threatens the integrity of democratic processes and public trust in scientific and political institutions.

Keywords: Technocracy; Democracy; Neoliberalism; Denialism; Habermas.

Nas eleições para o parlamento europeu em 2024, um jovem com apenas 24 anos, e conhecido por possuir um canal online de vídeos, foi eleito para uma das seis vagas destinadas ao Chipre, ficando em terceiro lugar. Durante a campanha, o jovem nunca escondeu que “não sabia nada de política”, inclusive confessou nunca ter votado na vida. Não foi a primeira vez que uma pessoa foi eleita admitindo não entender nada de política. Em 2010, a candidatura de Francisco Everardo Oliveira Silva, o palhaço Tiririca, gerou um intenso debate na esfera pública brasileira. Tiririca na época fez uma campanha eleitoral bem apelativa, com o uso de vídeos que mais pareciam esquetes de humor. Ele manteve essa estratégia em todas as disputas eleitorais seguintes. Durante toda a campanha eleitoral, as capacidades intelectuais de Tiririca foram questionadas e circulou a notícia falsa de que ele era analfabeto. Todavia, o artista parecia não se intimidar em assumir publicamente a sua ignorância sobre tópicos políticos, “pior que está não fica”, foi o *slogan* de campanha. Ao final do pleito, Francisco Everardo Oliveira Silva se consagrou como o deputado mais votado do Brasil.

É comum que casos como esses sejam trazidos à tona para levantar suspeitas sobre a viabilidade da democracia. Já nos primórdios da filosofia, a defesa da tecnocracia aparece como uma resposta para os problemas dos regimes democráticos, evitando que “aqueles que nada sabem” conduzam o destino do Estado. Veremos como esse ideal tecnocrático aparece na filosofia de Platão e é renovado no debate contemporâneo (1). Já na segunda parte do nosso artigo, veremos como a tecnocracia estabeleceu uma relação parasitária com as democracias representativas modernas. Nesse ponto, discutiremos o diagnóstico que

Habermas faz da “dominação tecnocrática” enquanto patologia social (2). Em seguida, apontaremos a necessidade de atualização do diagnóstico de Habermas diante da “revolução neoliberal” e da crescente descrença na autoridade científica (3). Ao fim, mostraremos como a tensão entre “ideal democrático” e “ideal tecnocrático” se torna ainda mais dramática em um cenário de erosão das democracias e de ameaça à sobrevivência da espécie humana (4). Nosso esforço visa mostrar que a “tecnocracia” e o “negacionismo” são duas faces do processo de erosão democrática.

1. O navio desgovernado

O termo tecnocracia foi cunhado por William Henry Smyth, e seu uso se popularizou na década de 30. É nesse período que surge nos EUA o movimento tecnocrático (BELL, 1999). Seus representantes, imbuídos de críticas às políticas econômicas que geraram a grande depressão, advogavam que o sistema político tradicional fosse substituído por um governo de especialistas e técnicos. O debate sobre diferentes modelos tecnocráticos é amplo e não pretendemos esmiuçar as inúmeras controvérsias envolvidas. Por uma questão metodológica, adotaremos uma definição minimalista de tecnocracia como ponto de partida da nossa argumentação. Neste sentido, por tecnocracia entendemos um modelo de governo em que profissionais com formação técnica ocupam posições de poder em instituições políticas e econômicas relevantes devido à sua expertise (FISCHER, 1990). Há uma importante diferença entre técnico e tecnocrata. O técnico, ou *expert*, é um profissional especializado em alguma área do conhecimento. Já o tecnocrata, além de possuir uma especialização técnica, ocupa o poder político, de modo que suas decisões exercem influência na formulação de políticas públicas (FISCHER, 1990).

Não obstante, a proposta de um modelo tecnocrático de governo está longe de ser algo recente na história da teoria política. Sua versão mais antiga está na *República* de Platão. No diálogo platônico, o protagonista Sócrates idealiza uma *pólis* justa na qual o exercício do poder político compete ao rei-filósofo, um indivíduo capaz de dar um direcionamento racional à convivência entre os cidadãos. O termo tecnocracia ainda não existia. Bobbio (1998) chama o regime político proposto por Platão de sofocracia, isto é, o governo dos sábios. Já Brennan (2016) denomina essa forma de governo de epistocracia. O termo é formado pelas palavras gregas *episteme* (conhecimento ou ciência) e *kratos* (poder ou governo). A definição minimalista que apresentamos de tecnocracia também pode ser estendida para os termos

sofocracia e epistocracia, de modo que, no nosso trabalho essas expressões serão tratadas como sinônimos.

A defesa platônica da sofocracia é motivada pela visão crítica que Platão tem da democracia. O filósofo elabora a alegoria do navio para exemplificar os problemas do regime democrático. No diálogo platônico, Adimanto questiona Sócrates como seria possível um governo dos sábios, visto que os filósofos tendem a ser vistos como excêntricos e inúteis. Assim, Sócrates conta a seguinte alegoria:

Imagina, pois, que acontece uma coisa desta espécie, ou em vários navios ou num só: um armador, superior em tamanho e em força a todos os que se encontram na embarcação, mas um tanto surdo e com a vista a condizer, e conhecimentos náuticos da mesma extensão; os marinheiros em luta uns contra os outros, por causa do leme, entendendo cada um deles que deve ser o piloto, sem ter jamais aprendido a arte de navegar nem poder indicar o nome do mestre nem a data do seu aprendizado, e ainda por cima asseverando que não é arte que se aprenda, e estando prontos a reduzir a bocados quem declarar sequer que se pode aprender, estão sempre a assediá-lo o dono do navio, a pedir-lhe e a fazer tudo para que lhes entregue o leme; algumas vezes, se não são eles que o convencem, mas sim outros, matam-nos, a esses, ou atiram-nos pela borda fora; reduzem à impotência o verdadeiro dono com a mandrágora, a embriaguez ou qualquer outro meio; tomam conta do navio, apoderam-se da sua carga, bebem e regalam-se de comer, navegando como é natural que o faça gente dessa espécie; ainda por cima, elogiam e chamam marinheiros, pilotos e peritos na arte de navegar a quem tiver a habilidade de os ajudar a obter o comando, persuadindo ou forçando o dono do navio; a quem assim não fizer, apodam-no de inútil, e nem sequer percebem que o verdadeiro piloto precisa de se preocupar com o ano, as estações, o céu, os astros, os ventos e tudo o que diz respeito à sua arte, se quer de facto ser comandante do navio, a fim de o governar, quer alguns o queiram quer não — pois julgam que não é possível aprender essa arte e estudo, e ao mesmo tempo a de comandar uma nau. Quando se originam tais acontecimentos nos navios, não te parece que o verdadeiro piloto será realmente apodado de nefelibata, palrador, inútil, pelos navegantes de embarcações assim aparelhadas? (PLATÃO, 2007, p. 272, Fundação).

Nessa alegoria temos três personagens: o armador, os marinheiros que disputam o controle do navio e o verdadeiro piloto. O armador é tanto o comandante como o proprietário do navio. Aristóteles interpretou que este personagem seria uma metáfora para o povo (ARISTÓTELES, p. 252). Da mesma forma que o armador possui limitações que o impedem de conduzir o navio, isto é, não escuta e não vê bem, o povo possui limitações que o impedem de conduzir o governo da *pólis*. Os marinheiros são aqueles que disputam a vontade do povo. O desejo de conduzir o navio é o desejo de conduzir o governo da cidade. Tal como o armador, os marinheiros são incapazes de conduzir o navio, visto que são ignorantes em relação aos conhecimentos necessários para a navegação. Nota-se que os marinheiros representam aqueles que governam sem sabedoria. A metáfora se completa com a figura do

verdadeiro piloto. Aqui temos a representação do filósofo, que é visto como um inútil pelos outros personagens, pois se dedica ao conhecimento dos céus, dos astros, das estações e dos ventos. Os ignorantes são incapazes de entender que esses conhecimentos são necessários para uma boa condução do navio, do mesmo modo que o conhecimento do filósofo é necessário para uma condução justa do Estado.

A representação da democracia como um navio desgovernado é uma imagem poderosa criada por Platão. Ela atraiu muitos críticos do regime democrático ao longo da história. No debate contemporâneo, a crítica platônica à democracia foi retomada por Jason Brennan, um filósofo filiado ao libertarianismo. Brennan defende em seu livro *Against democracy* uma forma de governo que ele denomina epistocracia, que guarda o mesmo sentido de sofocracia, já que

epistocracia significa o governo dos que tem conhecimento. Mais precisamente, um regime político é epistocrático na medida em que o poder político é formalmente distribuído de acordo com a competência, a habilidade e a boa fé para agir com base nessa habilidade (BRENNAN, 2016, p. 14, tradução nossa).

Brennan sustenta que, nos últimos anos, Platão voltou à tona e, “na filosofia política, a epistocracia ressurgiu como o principal desafiante ao trono da democracia” (BRENNAN, 2016, p.15, tradução nossa). No entanto, em vez de defender um governo de reis-filósofos, Brennan está interessado em atualizar a proposta platônica, defendendo contra a democracia o modelo que considera mais apropriado de epistocracia. Nesse modelo, o direito ao voto só é atribuído a cidadãos qualificados, para isso eles precisariam passar por testes que mediriam suas competências e conhecimento sobre política. Desta forma, o título de eleitor se assemelharia mais a uma carteira de motorista. Para o filósofo libertário, o direito a um governo competente tem prioridade sobre o direito ao voto.

Tecnocracia, sofocracia e epistocracia são diferentes nomes para um mesmo objetivo: restringir a soberania popular através de um governo de especialistas. Embora no plano teórico possamos observar ainda hoje essa defesa apaixonada de modelos tecnocráticos, tal como faz Brennan, no plano da *realpolitik*, a defesa da tecnocracia não ocorre de maneira explícita. Em *O ódio à democracia*, Rancière observa que no mundo do pós-guerra não são mais os defensores do autoritarismo os principais inimigos do projeto democrático. O filósofo francês alerta sobre o predomínio de outro tipo de inimigo da democracia, um que se posiciona contra o “excesso” de democracia. Os críticos desse “excesso” entendem que o

cidadão médio das sociedades modernas apresenta uma demanda por igualdade democrática que é incompatível com a democracia. Seria necessário então preservar a democracia do excesso de vida democrática.

E a figura do consumidor democrático embriagado de igualdade poderá se identificar conforme o humor e a necessidade da causa, como o assalariado reivindicativo, como o desempregado que ocupa os escritórios da Agência Nacional para o Emprego ou como o imigrante ilegal confinado nas zonas de espera dos aeroportos. Não é de admirar que os representantes da paixão consumidora que excitam o maior furor em nossos ideólogos sejam em geral aqueles cuja capacidade de consumir é a mais limitada. A denúncia do “individualismo democrático” cobre, com pouco esforço, duas teses: a clássica dos favorecidos (os pobres querem sempre mais) e a das elites refinadas (há indivíduos demais, gente demais reivindicando o privilégio da individualidade). O discurso intelectual dominante une-se assim ao pensamento das elites censitárias e cultas do século XIX: a individualidade é uma coisa boa para as elites; torna-se um desastre para a civilização se a ela todos têm acesso (RANCIÈRE, 2014, p. 41).

Vemos que a necessidade de um exercício tecnocrático do poder é justificada como uma defesa da democracia. E não se trata aqui de uma preservação dos direitos individuais contra uma “tirania da maioria”. A democracia é “salva” quando se impede que as paixões irracionais dos cidadãos contaminem decisões que seriam de caráter estritamente técnico, e imprescindíveis para o bom funcionamento da política democrática. A partir desse raciocínio, formula-se o discurso de “que a política deve seguir a lógica dos mercados e tomar medidas racionais, ainda que estas possam causar descontentamento social. A resistência contra tais medidas é representada, então, como irracional e carente de objetividade” (PINZANI, 2013, p. 161).

A crítica de Rancière aponta para algo que Habermas já havia diagnosticado na década de 60, a tecnocracia vive uma relação parasitária com as democracias representativas. Nesse ponto, em vez de abordar o tema a partir da perspectiva que considera tecnocracia e democracia duas formas de governo em disputa, Habermas vai falar de uma “dominação tecnocrática”, e esta é identificada como uma patologia social presente nas democracias contemporâneas. E o diagnóstico do frankfurtiano é que esta patologia social estaria contribuindo para a erosão dos regimes democráticos.

2. Dominação tecnocrática

A tecnocracia aparece como tema na obra de Habermas ainda nos seus primeiros escritos publicados na década de 60. Ao falar da tecnocracia, o filósofo alemão tem em mente

uma “tendência” presente nas democracias modernas, principalmente as que se encontram em um grau mais elevado de desenvolvimento tecnológico. Uma tendência na qual “[...] a autodeterminação democrática passa a ser substituída pela administração tecnocrática” (CELIKATES; JAEGGI, 2017, p. 212). Embora Habermas tenha escrito os seus textos fundamentais sobre o tema antes da publicação da tese da “colonização do mundo da vida”, subjaz a esse diagnóstico da década de 60 o modelo teórico que o autor consolidou mais tarde na sua *Teoria do agir comunicativo*. Deste modo, julgamos que é válido classificarmos essa tendência à dominação tecnocrática como uma patologia social das sociedades modernas. Visto que, no diagnóstico de Habermas, já é possível identificarmos a ideia de uma racionalidade instrumental que penetra nas relações sociais e danifica as práticas comunicativas necessárias para uma política democrática.

O ponto de partida da análise habermasiana é a constatação de um fenômeno próprio do mundo moderno: a cientifização da política. Clássicos do pensamento social como Weber se debruçaram sobre este fenômeno, entendendo por cientifização da política o crescente aprimoramento técnico-científico dos funcionários públicos responsáveis pela administração do poder estatal (HABERMAS, 1987a). A cientifização da política ganha força no final do século XIX, quando se estreitam as relações entre a investigação científica e o saber tecnicamente utilizável (HABERMAS, 1987b). Num primeiro momento, essa mudança estava voltada para um domínio técnico sobre a natureza. Contudo, “o poder de disposição técnica sobre a natureza que a ciência possibilitou estende-se também diretamente à sociedade” (HABERMAS, 1987a, p. 100) por meio da atividade dos sistemas Estado e Mercado, sistemas estes que são cada vez mais dependentes do saber dos *experts*. Vemos então que “[...] a investigação e a técnica se encontram com a economia e a administração e são por elas retroalimentadas” (HABERMAS, 1987a, p. 100).

Diante desse contexto de cientifização da política, Habermas discute três modelos distintos de exercício do poder político: o *decisionista*, o *tecnocrático* e o *pragmático*. Podemos afirmar que esses modelos devem ser entendidos como *tipos ideais* no sentido webberiano. O “tipo ideal” é uma ferramenta metodológica desenvolvida por Max Weber. Um tipo ideal é obtido “mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isolados dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo” (WEBER, 1999, p.106). Assim, por exemplo, quando um pesquisador usa conceitos como “religião” ou mesmo “democracia”, deve-se ter em mente que tais termos se referem a

práticas sociais que muitas vezes têm mais diferenças do que semelhanças. Contudo, o pesquisador constrói generalizações dessas práticas sociais, com o intuito de compreender os aspectos delas. Deste modo, “torna-se impossível encontrar empiricamente na realidade esse quadro, na sua pureza conceitual” (WEBER, 1999, p. 106). Cabe ao estudioso verificar em que medida a realidade se aproxima ou não desse quadro ideal. De acordo com Sager (2007), é possível examinar por meio desses tipos ideais habermasianos “[...] modos distintos de governança que são realmente encontrados na formulação e implementação de políticas atuais” (SAGER, 2007, p. 3, tradução nossa). O próprio Sager recorre a essa tipologia habermasiana em sua pesquisa empírica sobre as políticas públicas de prevenção ao alcoolismo, verificando como estas se aproximam dos três modelos formulados pelo filósofo e quais são os resultados alcançados ao se adotar cada um deles.

Veremos que a diferença fundamental entre os três modos de governança, estabelecidos na tipologia habermasiana, é a forma como se relacionam o saber técnico-científico, a atuação dos políticos “profissionais” e a participação democrática dos cidadãos. Habermas chama de *decisionista* o primeiro modelo de exercício do poder político. Esse modelo segue uma tradição que remonta a clássicos como Hobbes e Weber (HABERMAS, 1987a, p. 108). O modelo decisionista reconhece a importância do saber especializado no contexto de uma sociedade cientificizada. A competência dos *experts* é considerada uma ferramenta fundamental para orientar desde a administração dos recursos públicos até a segurança militar. Embora o político profissional recorra ao conhecimento do especialista, “seu exercício de poder repousa, em última análise, em decisões racionalmente injustificáveis entre valores e interesses conflitantes” (McCARTHY, 1985, p. 9, tradução nossa).

O modelo decisionista sustenta a importância da distinção entre *téchne* e *práxis*. O saber técnico (*téchne*) só pode definir os meios racionais para se alcançar determinados fins. Contudo, os próprios fins (interesses e valores) não podem ser determinados tecnicamente. Ao político caberia a escolha dos fins que ele entende estar de acordo com os interesses da sociedade. O técnico, no máximo, aconselharia o político acerca das melhores políticas públicas para se alcançar estes fins. O modelo decisionista, além de limitar a participação política dos técnicos, também limita a dos cidadãos. Isto porque a participação democrática dos cidadãos é reduzida ao comparecimento em eleições periódicas. E nesse sentido

[...] a eleição democrática realiza-se aqui mais em forma de aclamação do que de discussões públicas. Perante a opinião pública política legitima-se quando muito as pessoas que devem decidir; as decisões em si mesmas devem, em princípio, segundo

a concepção decisionista, permanecer subtraídas à discussão pública (HABERMAS, 1987a, p. 133).

Na contramão desse modelo, temos uma tradição que remonta aos filósofos Francis Bacon e Saint-Simon. Contra o modelo decisionista, o modelo tecnocrático defende uma nova relação entre saber especializado e prática política. A defesa do modelo *tecnocrático* se apoia na constatação de que uma sociedade cada vez mais tecnológica exige um Estado técnico. No modelo tecnocrático, há uma inversão na relação entre político e *expert*. Mais do que ser dependente do conhecimento dos *experts*, o político “[...] torna-se um mero agente de uma *intelligentsia* científica” (McCARTHY, 1985, p. 9, tradução nossa). Mesmo no modelo tecnocrático, o político é apresentado como protagonista, mas por uma mera necessidade técnica. É necessário manter a estabilidade do sistema político evitando as crises de legitimidade, para isso a eleição aparece como um mecanismo estabilizador. Por meio dela, os cidadãos mantêm a crença de que participam do exercício do poder político. Contudo, o modelo tecnocrático é organizado como “uma forma de engenharia social que dispensa o debate público” (CELIKATES; JAEGGI, 2017, p. 263, tradução nossa). Sendo assim, “uma administração tecnocrática torna supérflua a formação da vontade democrática” (HABERMAS, 1987a, p.114).

Por fim, Habermas apresenta o modelo *pragmático* de exercício do poder. Na época dos seus principais escritos sobre tecnocracia, o filósofo ainda não havia desenvolvido sua proposta de uma democracia deliberativa. Contudo, ele entende que o modelo pragmático de governança é o mais alinhado a uma política democrática. No modelo pragmático,

nem o especialista se converteu em soberano perante os políticos que na realidade, como supõe o modelo tecnocrático, se sujeitam ao perito e apenas tomam decisões fictícias; nem os políticos, como supõe o modelo decisionista, conservam fora dos âmbitos da práxis coactivamente [sic] racionalizados uma reserva em que as questões práticas se devem continuar a decidir por meio de actos [sic] de vontade (HABERMAS, 1987a, p. 113).

No modelo pragmático, o *expert* informa o político e os cidadãos das possibilidades técnico-científicas. Por outro lado, o político delega ao técnico o trabalho a ser realizado depois de um processo de interpretação dos interesses sociais. Tal processo de interpretação deve ocorrer através de um debate público capaz de estabelecer uma comunicação sem coerções entre os representantes e os representados. No modelo pragmático além dos interesses sociais guiarem uma política científicizada, o próprio desenvolvimento científico

pode modificar os interesses e práticas dos cidadãos. Pensemos, por exemplo, nas pesquisas que mostram o impacto da espécie humana no meio ambiente, e como elas podem alterar as práticas cotidianas, contribuindo para os indivíduos adotarem hábitos mais sustentáveis. Deste modo, o modelo pragmático implica em um “letramento científico” da sociedade.

O Habermas da década de 60 era mais pessimista a respeito das condições empíricas para a adoção do modelo pragmático. Mesmo nos países com maior desenvolvimento socioeconômico, a situação não seria das mais favoráveis. A despolitização das massas seria um dos entraves à implementação do modelo pragmático. Aqui, despolitização tem um sentido ambíguo. Diz respeito tanto ao que Bobbio chamou de desinteresse da população pelos assuntos dos palácios (BOBBIO, 2000), quanto à falta de competências básicas para o exercício da autonomia política, isto é, uma formação política deficitária limitaria a participação de qualidade nos debates públicos. O outro empecilho ao modelo pragmático seria a própria complexificação do conhecimento científico. A especialização científica estaria se aprofundando tanto, que até os cientistas não estariam conseguindo acompanhar as discussões dos seus campos de estudos. O conhecimento do especialista está cada vez mais restrito a tópicos que são seus objetos de pesquisa. Nesse ponto, percebe-se a grande dificuldade de traduzir as investigações científicas para a opinião pública. E tal tradução seria indispensável para uma política que busca conciliar a ciência e a participação democrática.

3. Atualizando o diagnóstico habermasiano

Entendemos que, diante das condições atuais, a proposta habermasiana de uma análise crítica da dominação tecnocrática precisa ser “refinada” em pelo menos dois pontos. Em primeiro lugar, é preciso estabelecer uma diferenciação entre o saber dos técnicos que fazem parte da administração do poder público e o saber científico dos *experts* que são ativos na pesquisa científica de alto nível. Quando Habermas escreveu os seus primeiros textos sobre tecnocracia, “não havia necessidade especial para esse tipo de distinção, pois a administração pública era considerada o principal recurso para uma relevante especialização técnica da política” (SAGER, 2007, p. 6, tradução nossa). Hoje, nem mesmo em países com elevado desenvolvimento técnico-científico, pode-se afirmar que o aparato burocrático é sempre bem informado cientificamente e se orienta pela produção científica atualizada. Em certas ocasiões, essa produção é ignorada na formulação de políticas públicas, pois contrariam os interesses de diversos grupos. Por exemplo, podemos observar essa situação nas mudanças

das políticas ambientais adotadas pela administração pública norte-americana durante o governo Trump. Embora haja um amplo consenso na comunidade científica sobre os graves danos socioeconômicos causados pela ação predatória dos humanos no meio ambiente, isso não impediu que negacionistas das mudanças climáticas passassem a controlar a Agência para Proteção do Meio Ambiente nos EUA (PEREDA, 2018). Isso teve como consequência a saída dos EUA do Acordo de Paris (FLECK, 2018), um tratado assinado por 195 países para a redução da emissão de dióxido de carbono, além da revogação de leis norte-americanas que visavam diminuir a emissão de gases causadores do efeito estufa (PEREDA, 2018b). Já no Brasil, durante a pandemia de Covid-19, o poder executivo atuou para impedir que medidas políticas baseadas no consenso científico fossem adotadas. O que fez com que o número de mortos crescesse exponencialmente.

Outro ponto do diagnóstico habermasiano que precisa ser reformulado é a explicação das relações entre os sistemas Estado e Mercado na estruturação da dominação tecnocrática. A análise habermasiana estabeleceu uma separação muito estanque entre os dois subsistemas. O contexto dos primeiros escritos ajuda a compreender o porquê dessa separação mais rígida. Primeiramente, serviu de motivação para crítica habermasiana da dominação tecnocrática o debate vigente na Alemanha ocidental nas décadas de 1950 e 1960. Nesse contexto era bem popular a “tese da tecnocracia” Hans Freyer e Helmut Schelsky. Os dois sociólogos defendiam “que o desenvolvimento tecnológico é um processo autônomo e auto-sustentável, estabelecendo seus próprios objetivos e aplicações” (OUTHWAITE, 2009, p. 35, tradução nossa).

O outro motivo que leva Habermas a debater a dominação tecnocrática, e talvez o mais importante, é a atuação mais incisiva do Estado de bem-estar social na década de 60. O filósofo observou que as crises econômicas levaram a um aprofundamento de política públicas visando a seguridade social. Por meio dessas políticas, seria possível frear tanto os conflitos sociais quanto possíveis impulsos revolucionários. Para Habermas, a implementação de tais políticas ocorria por meio de um exercício tecnocrático do poder, abrindo pouco espaço à participação democrática. Todavia,

[...] apesar de considerar esse processo em geral de maneira positiva, Habermas em várias obras alerta para um efeito negativo: o cidadão tende a transformar-se em cliente, renunciando à participação ativa e assumindo a atitude passiva de quem se limita a aguardar serviços do Estado (PINZANI, 2013, p. 136).

Vemos, então, que o primeiro exemplo que Habermas tem em mente ao discutir a dominação tecnocrática é a implementação unilateral de políticas de compensação social, políticas estas capazes de conter a insatisfação gerada pelas crises econômicas do capitalismo tardio. A perspectiva é que a racionalidade instrumental do Estado, atuando com vistas à manutenção da ordem, seria o elemento determinante para a ocorrência desta patologia social, a saber, a dominação tecnocrática. A racionalidade instrumental do mercado aparece como um fenômeno quase marginal na análise habermasiana. Nesse diagnóstico, a lógica do lucro, própria do mercado, não é apresentada de maneira mais incisiva direcionando ou influenciando a tecnocracia.

Se na década de 60 já era uma realidade distante para muitos países essa dominação tecnocrática, calcada na promoção de políticas de bem-estar, hoje há bons motivos para se suspeitar que esse quadro passou por transformações significativas, até mesmo nos países mais desenvolvidos. Isto porque,

[...] desde a década de 1970, houve em todo o mundo uma mudança enfática nas práticas político-econômicas e no pensamento, ostensivamente liderada pelas revoluções Thatcher/Reagan na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Um após outro, dos Estados modernos que emergiram do colapso da União Soviética até as democracias sociais tradicionais e os Estados de bem-estar social como a Nova Zelândia e a Suécia, todos abraçaram, às vezes voluntariamente, às vezes em resposta a pressões coercitivas, alguma versão da teoria neoliberal, ajustando correspondentemente algumas das suas políticas e práticas (HARVEY, 2007, p. 2).

Tal mudança tem implicado na redução de políticas anteriormente promovidas pelo Estado de bem-estar. É claro que essa redução tem variações de nível dependendo do local e momento. De todo modo, não é difícil observar a presença do interesse de grupos econômicos poderosos por trás de decisões supostamente técnicas. Nesse ponto, a redução das políticas de bem-estar traz uma oportunidade para maximizar os lucros de quem está no topo da pirâmide social, seja por meio da precarização do trabalho, da especulação financeira ou da manutenção de uma política tributária favorável à elite econômica em detrimento da criação de oportunidades sociais para os cidadãos mais pobres. Nas condições históricas atuais, o exercício tecnocrático do poder mantém uma relação simbiótica com a “lógica do mercado”.

O cenário em que a dominação tecnocrática é direcionada pela lógica da maximização dos lucros das elites econômicas soa mais realista do que o apresentado por Habermas na década de 60. Um tipo ideal mais refinado do exercício tecnocrático do poder deve levar em consideração as mudanças decorrentes da “revolução neoliberal” da década de 1970. Com isso, temos um modelo capaz de oferecer um rumo mais apropriado para as pesquisas

empíricas e a análise crítica. Reconhecemos que, em textos recentes, o próprio Habermas identificou uma nova configuração da “dominação tecnocrática”. Tal configuração constitui o pano de fundo de suas análises sobre a crise da União Europeia, embora o autor não desenvolva uma autocrítica explicitamente. Por exemplo, o filósofo observou que tem se consolidado um padrão político na União Europeia que ele sintetiza assim:

A uma tecnocracia desenraizada em termos democráticos falta tanto o poder quanto o motivo para considerar suficientemente as demandas da população eleitora por justiça social, por segurança de *status*, por serviços públicos e bens coletivos, no caso de conflito com injunções sistêmicas ligadas à capacidade de concorrência e ao crescimento econômico (HABERMAS, 2014, p. 129).

Escrito antes do *Brexit*, neste texto Habermas já projetava quais seriam as consequências mais imediatas desse tipo de exercício tecnocrático do poder. Um aumento na popularidade dos discursos nacionalistas que propõe soluções autoritárias para devolver o poder ao povo, além de um maior apoio aos pedidos pelo fim do bloco europeu. Mas além disso, uma outra consequência desse exercício tecnocrático é criar um ambiente favorável para a penetração do negacionismo científico no debate político.

4. A encruzilhada histórica

Mesmo que a categoria de bem comum seja fundamental para se pensar uma sociedade bem organizada e justa, é preciso se atentar aos fatos, aceitando que a política é também o campo da disputa de interesses. Uma defesa utópica da tecnocracia pressupõe um olhar desinteressado do tecnocrata, e uma capacidade quase divina de enxergar o bem comum, compreendendo o que é bom para uma pessoa melhor do que ela mesma. O diagnóstico crítico mostra como a dominação tecnocrática se constitui como um exercício de poder visando assegurar determinados interesses, e não um olhar desinteressado que almeja o bem comum. No entanto, a dominação tecnocrática usa a roupagem da neutralidade científica para ocultar tais interesses. Por outro lado, não se pode ignorar que nas sociedades modernas houve um crescimento da especialização científica. E essa especialização moldou nosso modo de vida e organização social, seja com as transformações tecnológicas das comunicações, da área de saúde e educação, dos processos burocráticos de exercício do poder estatal, dentre

outros. E assim, se tornou imprescindível para a própria existência da democracia a presença de especialistas na administração do Estado.

Todavia, a presença de especialistas não deve ser confundida com a dominação tecnocrática. A dominação tecnocrática no contexto das democracias representativas tem uma forte conexão com o processo de erosão democrática. Se hoje assistimos a ascensão de governantes com uma postura anticidência, como ocorreu nos EUA e Brasil, é porque a população passou a reconhecer que a sua voz não é ouvida pelos que tomam decisões “técnicas”. Nota-se que o debate político nunca esteve tão permeado por termos como “negacionista” ou “negacionismo científico”. Scudellari (2024) define o negacionismo científico como “a rejeição do consenso científico, frequentemente em favor de um ponto de vista radical e controverso”. Há muitos exemplos aterradores de como o negacionismo científico pode impactar as políticas públicas de um país. Um caso paradigmático é o do bioquímico americano David Rasnick, associado ao movimento negacionista da AIDS. Rasnick nega que o HIV é a causa da AIDS. Seus trabalhos influenciaram políticas públicas desastrosas na África do Sul, como a proibição de testes de HIV e a suspensão da administração de remédios retrovirais no país (SCUDELLARI, 2024). Isso provocou um crescimento da transmissão do vírus no país.

Nossa encruzilhada histórica se torna ainda mais dramática ao observarmos que há fortes incentivos para que os atores políticos adotem discursos negacionistas, pois isso pode garantir votos em nichos que parecem estar se expandindo. Um levantamento do Pew Research (2023) apontou que a confiança dos norte-americanos na ciência e nos cientistas está em queda. Já uma pesquisa do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Comunicação Pública da Ciência e da Tecnologia (2023) mostrou que houve redução da confiança dos brasileiros na ciência e nas vacinas. Além disso, a UNICEF (2023) identificou que, em alguns países, a confiança nas vacinas infantis caiu 44%. Em todos esses estudos constatou-se que a parcela negacionista da sociedade ainda é uma minoria. Não obstante, ela tem sido bem-sucedida em formar quadros políticos que tem alcançado o poder.

Podemos concluir que o diagnóstico de Habermas revela apenas uma das faces de *Janus* da erosão democrática, isto é, a “dominação tecnocrática”. A outra face é a crescente descrença dos cidadãos na ciência. Esta incentiva a atitude negacionista dos políticos profissionais, visto que há retornos eleitorais com a defesa do negacionismo. Tal como a dominação tecnocrática, a postura de apenas rejeitar os “tecnocratas” constitui uma ameaça à manutenção da democracia. Afinal, seria uma falta de bom senso defender que a opinião de

leigos tenha o mesmo valor que a de um especialista em decisões técnicas que garantem a própria existência de um sistema democrático. Por exemplo, não é razoável crer que devemos consultar a opinião sobre a segurança das urnas eletrônicas de um não especialista com pouca ou nenhuma familiaridade com a área de tecnologia. Além disso, a ameaça à democracia parece ser só a ponta do iceberg do negacionismo, visto que, estamos em um contexto de urgência em que ignorar os conselhos dos *experts* coloca em risco a própria sobrevivência da espécie. Um dos desafios do nosso tempo é descobrir como conciliar a especialização do conhecimento com a participação democrática, evitando assim os caminhos da dominação tecnocrática e do negacionismo. Ainda não temos uma resposta para isso, e nos deparamos com uma situação paradoxal: parece que encontrar uma solução para esse desafio é um trabalho reservado a especialistas. A filosofia pode dar sua modesta contribuição ao fomentar a discussão pública em torno desse problema com um olhar crítico.

Referências

ARISTÓTELES. *Retórica*. São Paulo: Edipro, 2019.

BELL, Daniel. *The Coming of Post-Industrial Society: A Venture in Social Forecasting*. New York: Basic Books, 1999.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BRENNAN, Jason. *Against democracy*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2016.

CELIKATES, Robin; JAEGGI, Rahel. Technology and Reification: “Technology and Science as ‘Ideology’ ” (1968). In: BRUNKHORST, Hauke; KREIDE, Regina; LAFONT, Cristina. *The Habermas handbook*. New York : Columbia University Press, 2017.

FISCHER, Frank. *Technocracy and the Politics of Expertise*. Newbury Park, CA: Sage Publications, 1990.

FLECK, Isabel. *Trump anuncia retirada dos EUA do Acordo de Paris sobre o clima*. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/06/1889367-trump-anuncia-retirada-dos-eua-do-acordo-de-paris-sobre-o-clima.shtml>> Acesso em: 24 de jun. 2018.

HABERMAS, Jürgen. *Na esteira da tecnocracia*. São Paulo: Unesp, 2014.

_____. *Técnica e Ciência como “Ideologia”*. Lisboa: Edições 70, 1987a.

_____. *Teoría y praxis: estudios de filosofía social*. Madrid: Tecnos, 1987b.

HARVEY, David. Neoliberalismo como destruição criativa. *INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente* - v.2, n.4, ago 2007. Disponível: <www.interfacehs.sp.senac.br>. Acesso em 12 de jun. de 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM COMUNICAÇÃO PÚBLICA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (INCT-CPCT). Resumo executivo da survey: confiança na ciência no Brasil em tempos de pandemia. 15 dez. 2022. Disponível em: <<https://www.inct-cpct.ufpa.br/2022/12/15/disponivel-o-resumo-executivo-da-survey-confianca-na-ciencia-no-brasil-em-tempos-de-pandemia-realizada-pelo-inct-cpct-2/>>. Acesso em: 25 jul. 2024.

MCCARTHY, Thomas. *The critical theory of Jürgen Habermas*. Cambridge: The MIT Press, 1985.

OUTHWAITE, William. *Habermas: a critical introduction*. Cambridge: Polity Press, 2009.

PEREDA, Cristina. “Trump elige a un negacionista del cambio climático para liderar la agencia medioambiental de Estados Unidos”. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2016/12/08/estados_unidos/1481165064_394182.html> Acesso: 24 de jun. 2018a.

_____. “Trump desmantela la política ambiental de Obama contra el cambio climático”. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2017/03/28/estados_unidos/1490664173_797143.html> Acesso: 24 de jun. 2018b.

PEW RESEARCH CENTER. « Americans’ trust in scientists, positive views of science continue to decline ». 14 nov. 2023. Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/science/2023/11/14/americans-trust-in-scientists-positive-views-of-science-continue-to-decline/>>. Acesso em: 25 jul. 2024.

PINZANI, Alessandro. “Democracia versus tecnocracia: apatia e participação em sociedades complexas”. *Lua Nova*, São Paulo, n. 89, p. 135-168, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452013000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 jul. 2018.

PLATÃO. *A república*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014

SAAR, Martin. “Ideology”. In: BRUNKHORST, Hauke; KREIDE, Regina; LAFONT, Cristina. *The Habermas handbook*. New York : Columbia University Press, 2017.

SAGER, Fritz. « Habermas’ models of decisionism, technocracy and pragmatism in times of governance: the relationship of public administration, politics and science in the alcohol prevention policies of the swiss member states ». *Public Administration*. V. 85, p. 429-447, 2007.

SCUDELLARI, Megan. « State of denial ». *Nature Medicine*, v. 16, p. 248, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1038/nm0310-248a>>. Acesso em: 25 jul. 2024.

UNICEF. « New data indicates declining confidence in childhood vaccines by up to 44 percentage points in some countries ». 20 abr. 2023. Disponível em: <<https://www.unicef.org/rosa/press-releases/new-data-indicates-declining-confidence-childhood-vaccines-44-percentage-points-some>>. Acesso em: 25 jul. 2024.

WEBER, Max. “A objetividade do conhecimento nas ciências sociais”. In: COHN, Gabriel (Org.). *Weber: Sociologia (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 13)*. São Paulo: Ática, 1999, p. 79-127.

Data de submissão: 31/07/2024

Data de aprovação: 21/10/2024